



CONDUTA E CARÁTER

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

“As qualidades de caráter são decerto as mais importantes num homem de guerra, mas não sabemos até onde poderá levar a energia, se não se estiver suficientemente instruído para saber qual o fim a atingir e os caminhos que conduzem a êsse fim.”

General Von PEUCKER

1 — INTRODUÇÃO

Cada Exército tem seu padrão de procedimento. No exército de um povo democrático, tais padrões se tornam significativos e eficazes, sobretudo, porque seus componentes acreditam nêles, firmemente, e resolvem, voluntariamente, pautar suas vidas de acôrdo com êles. O Governo e as autoridades militares recomendam os padrões, mas a crença e a determinação fundamentais, que devem existir no oficial, individualmente, não podem ser criadas pelo comando. As normas e tradições relativas à sua conduta pessoal são, para cada oficial, o principal guia para a observância “voluntária” dos padrões.

O conhecimento daquilo que os padrões representam e a existência da força de vontade necessária para se manter dentro dêles são, entretanto, os dois fatores principais da dignidade profissional de um oficial. É por isso que a “Officer’s Call” chama a atenção, de tempos em tempos, para um assunto que é, sempre, oportuno e interessante: os padrões de integridade e de ética profissional do nosso corpo de oficiais.

O código militar, sob o qual vivemos, não é, essencialmente, muito diferente do de várias outras profissões e é baseado em princípios que vêm servindo de orientação ao conjunto das sociedades civilizadas, há muitos

séculos. Ele se torna um código especial de conduta, principalmente, nas conseqüências que decorrem de sua observância ou violação.

As conseqüências, no caso do cidadão particular, são quase sempre pessoais e limitadas. No caso de um oficial, elas vão além da pessoa e podem atingir, bem ou mal, a reputação do exército e o bem-estar dos Estados Unidos. Por sua conduta particular e pública, um oficial influencia a vida de soldados, o resultado de batalhas e a segurança de seu país. Há algo mais, na dignidade profissional, que conhecimentos e perícia na utilização de processos e armas de guerra. Isso, o oficial deve possuir, mas a prova final de sua capacidade não reside naquilo que ele "sabe" mas naquilo que ele "é". Não há sucedâneos para as qualidades inatas que, geralmente, englobamos sob a denominação genérica de "caráter".

2 — O CÓDIGO PESSOAL DO OFICIAL

A mais intuitiva das verdades a respeito das pessoas é que elas não são idênticas.

Tentar estabelecer um código de conduta pessoal padrão e esperar que seja observado, indistintamente, por todos os oficiais seria ignorar a verdade óbvia de que não existe "ser humano padrão". Há, em lugar disso, indivíduos cujos atributos pessoais ajudam ou reforçam sua capacidade de atingir padrões profissionais geralmente considerados como desejáveis e necessários.

Os maiores oficiais de nossa história são lembrados, não como havendo sido perfeitos, mas como havendo se elevado acima das imperfeições comuns de todos os homens. Suas melhores e mais características qualidades, muitas vezes tornaram-se padrões de perfeição. George Washington, por exemplo, tornou-se um padrão americano de honestidade e de outros predicados básicos de um oficial e estadista. Homens como Robert E. Lee e "Stonewall" Jackson são glorificados, não somente, como grandes generais, mas como homens cuja nobreza de caráter transcendeu à trágica empreitada em que se empenharam. Sob o ponto de vista negativo, Benedict Arnold, também um homem de notável capacidade, é lembrado, unicamente, como modelo de desonra. Todos esses homens eram orientados por códigos pessoais de conduta. Eram chefes capazes, mas, no caráter de um deles, Arnold, havia uma falha fundamental, que o incapacitou e destruiu.

A essência de um código pessoal, porém, é que ele é "pessoal". Cada oficial deve decidir o que seu próprio código conterà e até onde ele orientará sua vida. Fazer isso significa que cada oficial escolherá seu próprio caminho, em matéria de procedimento, deixando-se levar por tôdas as inclinações e caprichos pessoais? Evidentemente, não. O fator de contrôle deve ser, sempre, as ineludíveis necessidades da profissão que ele escolheu. Isso limita, sem rigidez, a liberdade individual do oficial. As limitações não são arbitrárias nem sem sentido. Na realidade, a maioria dos oficiais compreende, à medida que adquirem experiência e maturidade profissional, que o código moral de sua profissão não é uma forma de bitolamento espiritual, mas uma forma de vida digna, de sua própria escolha.

O oficial, cujo comportamento é correto, simplesmente, porque cumpre ordens, relutante e contrariadamente, tem um código, é bem verdade, mas este não é propriamente seu. Não é um código pessoal e o ajudará pouco a resistir às pressões e tentações da profissão.

O verdadeiro código pessoal começa com o próprio homem — aquilo em que ele acredita e aquilo que ele deseja fazer de sua vida. Isso determina como suas qualidades devem ser aplicadas ao cumprimento de seus deveres e às suas responsabilidades como oficial.

3 — BASES DE UM CÓDIGO PESSOAL

A atitude de uma nação para com suas forças armadas tem, sempre, influência direta sobre a conduta de seus oficiais. Algumas nações têm elevado seus chefes militares a uma situação de excepcional relêvo. Tem sido dito que os prussianos, no tempo de Bismarck, por exemplo, chegaram a pensar, de si próprios, que eram um exército servido por um país e não um exército a serviço de um país. E sob essa influência, os oficiais prussianos, geralmente, criavam hábitos de presunção e arrogância, nas relações com os subordinados e o público em geral.

A crença japonesa do "bushido" (literalmente: caminho da glória) produziu oficiais cujo procedimento, embora baseado na exaltação de excelentes qualidades, como lealdade, bravura e honra pessoal, traduziam um completo desprezo pela vida humana e pelos direitos individuais que formam o cerne de uma sociedade livre.

O povo americano tem, igualmente, influenciado as atitudes e procedimento de suas forças militares, mas de maneira que quase nada tem a ver com tiranos passados ou atuais. O contraste observado parece ter, pelo menos, duas causas importantes.

De um lado, nosso corpo de oficiais provém de todas as classes da sociedade e não de um setor restrito dela. Desde o início, nossas nomeações têm sido calculadas no "mérito" e na "capacidade" em lugar de serem influenciadas por provas arbitrárias de "sangue" ou de posição social, como em muitos outros países.

Nossos oficiais são mais capazes de se identificarem, sem constrangimento, com o povo a que servem, pois têm os mesmos desejos e aspirações. Se isso não fosse verdadeiro, nossa história, possivelmente, se sentiria da falta de vários capítulos emocionantes, nos quais o povo, nos momentos de perigo, deu inteiro apoio às forças regulares.

Os dispositivos constitucionais, que colocaram as forças armadas na dependência dos representantes do povo, têm igualmente, grande influência. Em nenhuma outra parte, o povo pode dizer "nosso exército" tão verdadeiramente como nos Estados Unidos. O sentimento do bem público, de responsabilidade para com o povo é, indiscutivelmente, mais forte entre nossos oficiais que entre os dos ditadores, passados ou presentes.

Algumas forças militares têm sido instrumento de conquistas deliberadas — reconhecidas como tal pelos povos dos países que as manti-

nam. Sendo instrumento de chefes absolutos, essas forças foram empregadas sem a permissão explícita do povo. Ao contrário do respeito do oficial americano pela Constituição, seus oficiais prestavam obediência ao chefe, pessoalmente (como o juramento dos oficiais nazistas a Adolf Hitler). Essas não são meras diferenças de forma. Há profunda significação no fato de o juramento dos oficiais americanos não ser feito a qualquer pessoa, como tal, mas a uma lei. Nosso juramento de oficial proclama nossa crença na forma de governo livre e o desejo de protegê-la, bem como aos seus fundamentos. Implicitamente, afirmamos que nossa conduta, como soldados, estará de acôrdo com os princípios básicos sôbre os quais a Constituição está calcada.

4 — RELIGIÃO

Quer um homem se considere ou não religioso, no sentido de possuir uma fé particular, êle é, por natureza, religioso, no mais largo sentido. Todo individuo pensante tem alguns sentimentos e crenças que são, na origem, religiosos.

Uma vez que a filiação religiosa, nos Estados Unidos, é, fundamentalmente, pessoal e privada, nenhuma autoridade oficial pode estabelecer um modêlo de comportamento religioso para os oficiais do exército, nem para quem quer que seja. Como está claro na Constituição... "nenhuma prova de natureza religiosa será, jamais, exigida como condição de admissão a qualquer repartição ou empreendimento público, de responsabilidade dos Estados Unidos".

A tradição americana de liberdade individual assenta sôbre um conceito religioso. Na Declaração de Independência, Jefferson declarou que é uma verdade auto-evidente que "os homens são dotados, pelo Criador, de certos direitos que estão além da jurisdição dos governos humanos". A Constituição reconhece o lugar da religião entre as atividades humanas, garantindo a liberdade de exercicio a tôdas e proibindo legislação ordinária sôbre assuntos religiosos.

Que a religião continua a ser um fator preponderante do comportamento humano, parece quase demasiado óbvio para ser mencionado aqui. Nas forças armadas, o "Programa de Orientação do Caráter" é, em grande parte, baseado nessa verdade. Trata-se de um programa novo, mas apenas na forma. — Os comandantes sempre foram importunados pelos problemas decorrentes da má conduta pessoal de alguns de seus homens, e a maioria dêles se tem apercebido do valor da religião, como auxiliar para corrigir os maus e incentivar os bons soldados. A importância do capelão, salientada pelo "Programa de Orientação do Caráter"; apenas, reafirma essa crença muito antiga e proporciona um modo de agir mais metódico.

Como todos os americanos, o oficial é orientado em assuntos religiosos, apenas por sua consciência. Tanto suas crenças interiores como a maneira de demonstrá-las são escolhidas, livremente. Em um país onde tantas formas de culto são praticadas inclusive a forma, altamente individual, que não pode comportar a ida à igreja, a liberdade de pensa-

mento envolve uma grande responsabilidade. O respeito pelas crenças religiosas dos demais é, do ponto de vista americano, um sinal significativo de boa cidadania.

5 — OPINIÃO PÚBLICA

Nos países onde o povo é privado do direito de se fazer ouvir pelo governo, a opinião pública tem uma influência direta pequena nos atos das autoridades públicas. A opinião pública, para os ditadores, é uma força a ser utilizada em benefício de seus próprios objetivos. Nos países livres, particularmente nos Estados Unidos, ela é um elemento orientador e de fiscalização. As autoridades governamentais, inclusive os oficiais do exército, são responsáveis perante o povo e isso tem contribuído para criar tradições e padrões de procedimento público e privado. O público tem uma idéia geral de conjunto daquilo que supõe que o oficial deve ser e o padrão é muito elevado. Quando o procedimento de um oficial fica abaixo desse padrão, tanto êle como o exército serão, provavelmente, chamados a prestar contas.

O código de Justiça Militar é o mais importante texto de lei que orienta a conduta dos oficiais. Como tôdas as leis, o Código é um reflexo da opinião pública. Conquanto aplicado pelas autoridades militares, êle foi elaborado pelo Congresso, que age em nome do conjunto do povo americano. Embora o Código diga respeito, particularmente, a assuntos oficiais, é digno de se salientar que alguns de seus artigos são concernentes a assuntos de comportamento pessoal. Eles mostram que espécie de homens o povo americano deseja que sejam os seus oficiais, e que qualidades devem possuir, além e acima da competência técnica em questões militares. Esses artigos são, intencionalmente, vagos na forma "Conduzir-se, indecorosamente, o oficial ou cavaleiro", por exemplo, não é, precisamente a espécie de linguagem encontrada normalmente, em um estatuto legal. Seria difícil explicar, em poucas palavras tudo quanto a frase significa. As formas de má conduta que ela pode, logicamente, abranger, não têm limite claro. O povo tem uma idéia definida da espécie de procedimento que deseja de seus oficiais e deu autoridade, ao exército, para castigar, convenientemente, os oficiais que violarem essa concepção. O exército faz uso dessa autoridade em nome do povo americano, de acôrdo com a opinião firmada por êste último, de que certos atos, quando praticados por oficiais, não podem ser relevados.

Todos os contrôles do procedimento humano são, em maior ou menor grau, uma limitação da liberdade.

Nas sociedades civilizadas, todos êsse contrôles são criados no interesse de uma liberdade maior; sem êles, haverá anarquia, a espécie de liberdade individual que prevalece nas selvas.

Assim, os padrões de conduta limitam a liberdade, a fim de preservá-la, como condição positiva e desejável de vida. Serão as restrições feitas à liberdade do oficial maiores que as necessidades? Cada oficial deve procurar encontrar sua própria resposta a essa pergunta. Para isso, êle pode começar por encarar certos fatos evidentes.

Os oficiais do exército recebem suas nomeações por livre vontade e escolha; sua liberdade é restringida de acôrdo com necessidades específicas do exército.

Ao contrário de outras profissões, o militar está, diretamente, ligado ao povo, como elemento de força do seu governo. É verdade que outras profissões, como a medicina e a advocacia, "servem" ao povo, mas como profissões eminentemente privadas. Em sua grande maioria, os médicos e os advogados não são funcionários públicos; seus padrões de conduta têm origem, principalmente, no interior das próprias profissões.

O oficial do exército, ao contrário, pertence a uma profissão verdadeiramente pública; não tem qualquer "exercício particular"; serve, não a uma clientela selecionada, mas ao povo, como um todo. Sua responsabilidade abrange tôdas as pessoas, leis e instituições do governo. O cidadão particular procura seu médico ou seu advogado para tratar de questões pessoais, referentes à saúde ou a assuntos de direito. Mas, de suas forças militares, o povo americano espera nada menos que a preservação da segurança e da soberania dos Estados Unidos.

6 — O CARÁTER DO OFICIAL

Durante muitos séculos, o "Código da Cavalaria" foi uma força viva e tangível na Europa medieval. Deixando de parte as barbaridades que, muitas vêzes, foram cometidas em seu nome, a Cavalaria foi a aplicação concreta do mais antigo e mais notável código de conduta: — "Os dez mandantes". Sob uma legenda romântica (embelezada por sucessivas gerações) o código dos cavaleiros-andantes era muito simples. Ao lado do valor intrínseco de um homem de armas, o cavaleiro devia se conduzir segundo padrões rígidos de conduta, demonstrando virtudes tais como: bondade para com todos, especialmente as mulheres e os mendigos e lealdade ao rei e ao país. Exposto tão resumidamente, o código dos cavaleiros parece quase ingênuo, atualmente. Mas a cavalaria; em seu apogeu foi a expressão do mesmo fervor religioso que produziu as grandes catedrais da Europa, que são as principais relíquias dessa época.

Um código para oficiais, que utilizasse algumas das idéias do código da Cavalaria, seria muito fácil de ser estabelecido. Tal orientação seria valiosa; seria, no mínimo, um bom meio de se conseguir uma lista completa de virtudes, como honra, bravura e decência. Mas, para que isso venha a constituir um código de conduta, é necessária alguma coisa mais: — As palavras devem significar, essencialmente, a mesma coisa para todo mundo. A menos que isso aconteça, essas palavras não representarão padrões de conduta.

Ao procurar as componentes fundamentais do caráter de um oficial do exército, não podemos nos restringir a generalidades e abstrações; temos que ir mais longe e procurar especificar os fatos concretos que demonstrem as qualidades que supomos serem desejáveis. É quando o oficial do exército enfrenta situações reais da vida, que, precipuamente, a verdade tangível sôbre seu caráter é posta em evidência.

Há um certo número de virtudes, universalmente aceitas como desejáveis para um oficial. As quatro que serão examinadas, aqui, são talvez as de maior relevância; abrangem a significação de vários termos de sentido mais restrito, muitas vezes encontrados em listas de requisitos desejáveis ou essenciais ao caráter.

Pelo exame dessas qualidades cada oficial poderá, mais realisticamente, se aperceber de seus próprios pontos fortes e fracos.

7 — INTEGRIDADE

A integridade, no sentido de honestidade e de sinceridade no trato dos negócios do exército, é um requisito óbvio para todo oficial. Mas, a integridade abrange muito mais que isso.

Uma pessoa pode ser inteiramente honesta e sincera e, mesmo assim, ser deficiente na integridade profunda que é a marca dos melhores oficiais. O cuidado meticuloso com os dinheiros e as propriedades é recomendável e necessário. Mas, o oficial que é honesto, unicamente, para evitar aborrecimentos, evidencia uma espécie de integridade "técnica e superficial". Isso não é o suficiente para as situações críticas e as tentações que o oficial encontra, inevitavelmente, no cumprimento de suas obrigações profissionais. Ele seria, seguramente, traído em uma prova de caráter que exigisse mais que a simples enunciação da verdade.

A integridade do oficial deve ter raízes mais profundas que o mero desejo de evitar punições por falta de exação ou de honestidade. A honestidade prática do comerciante ou do cidadão, cujos compromissos estão sempre em dia, é importante e deve existir no oficial, como uma pessoa que pode vir a ser encarregada de negócios públicos de rotina, embora importantes.

Mas, o negócio mais importante do exército está fora da rotina; é um negócio que, normalmente, submete a fibra moral de seus oficiais a uma dura prova. Quais são os sinais profundos de integridade, que devem ser proeminentes nos melhores oficiais?

Uma espécie de integridade, de singular valor na profissão militar, tem uma significação que não pode ser expressa por uma única palavra. Uma descrição completa dela envolve várias palavras de significação mais restrita, tais como: flexibilidade, decisão, exatidão, adaptabilidade, equilíbrio, persistência, coragem moral, firmeza de propósitos e tenacidade — Muitos outros ocorrerão a todos nós, pois diversas qualidades de caráter podem ser combinadas na qualidade particular de integridade encontrada entre os grandes oficiais. Em todas as profissões, a integridade é desejável e merece ser recompensada, mas, para oficiais, o "desejável" se transforma em "Indispensável".

Falhas de caráter que podem acarretar tragédias pessoais, em algumas profissões, podem, razoavelmente, contribuir para tragédias nacionais, quando ocorrem na profissão militar.

O oficial do exército não pode se permitir ser medíocre em integridade ou em qualquer das outras qualidades que lhe afetam o cumpro-

mento do dever. No combate ou em emergência equivalente, a mediocridade, sob qualquer forma, não pode ser tolerada. É por isso que, em questões importantes ou não, não deve haver reservas mentais, qualificativos dúbios ou contornamentos sutis, quando um oficial diz: "Esta é a situação" ou "Estes são os fatos".

Outrossim, algumas das qualidades mencionadas acima podem parecer ter, apenas, vaga correlação com a integridade. Um exame mais profundo, porém, revelará que essas qualidades são componentes insubstituíveis da integridade.

A mais perfeita prova de integridade é uma indesejável determinação de cumprir o dever e tôdas as demais qualidades citadas podem ser reconhecidas, imediatamente, como os meios indispensáveis para atingi-la. A determinação, por si só, já é elogiável, mas o oficial deve possuir mais alguma coisa: determinação e capacidade.

Dessa maneira, a integridade abrange tudo quanto diz respeito à capacidade do oficial para suas funções. O equilíbrio emocional, a aplicação no estudo e na instrução, o senso moral e os hábitos de vida são, todos, provas de integridade, pois são os sinais exteriores da determinação interior.

8 — DECÊNCIA

A decência é um dos mais marcantes (e, talvez, o mais difícil de definir) atributos de um oficial. Ela significa, em sentido mais estrito, respeitabilidade e decôro. A decência que o exército exige de seus oficiais é, absolutamente, razoável. Ninguém espera que os oficiais do exército sejam "Sir Galahads". Mas, inversamente, o afastamento de um oficial dos padrões de respeitabilidade e decôro é um assunto sério.

Normalmente, a sociedade encara os padrões morais de uma pessoa como assunto, inteiramente, de fôro íntimo. Se um indivíduo prefere comprometer a saúde, o futuro ou a reputação, por meio de uma conduta imprópria, isso constitui, geralmente, uma questão pessoal. Seus vizinhos podem discordar da situação, sem discutirem, abertamente, seu direito de viver a própria vida. Desde que o indivíduo não prejudique a comunidade, nem ponha em perigo o bem-estar de outras pessoas, sua conduta não pertence ao âmbito das coisas públicas.

Entretanto, a mesma coisa não se dá, quando se trata de um oficial. Suas fraquezas morais não são inteiramente uma questão pessoal. Se elas acarretam uma conduta em desacôrdo com os padrões de decência estabelecidos, tanto o público como o exército estão, legítima e gravemente, afetados.

Os padrões de decência são, simplesmente, elementos de contrôle que as sociedades civilizadas criam, tendo em vista o bem-estar geral. Não há necessidade, aqui, de pesquisar suas origens. É suficiente saber que êsses padrões existem e são aceitos pela maioria. É a importância dêles, na profissão militar, o que nos interessa, no momento.

Em geral, a decência consiste no autocontrôle sôbre os instintos e inclinações humanas, primários e secundários. A bebida, o sexo e o di-

nheiro são fatores que acarretam, freqüentemente, o abandono da decência. Entretanto, eles só dão lugar à má conduta quando o indivíduo procura fazer mau uso deles. A solução é, do mesmo modo, individual e consiste em se armar de suficiente força de vontade para enfrentar e vencer as inclinações para ser intemperante ou sem ética, na conduta individual. O procedimento amoral de um oficial, obviamente, liquida o respeito por ele — respeito sobre o qual não se pode fazer nenhuma concessão. Ao lado da necessidade de se manter dentro de altos padrões morais, como exemplo aos demais, tudo quanto o oficial fizer, que acarrete falta de respeito, enfraquece sua posição de chefe.

9 — DIGNIDADE

A decência não é, integralmente, um dom moral. Uma pessoa, mesmo dotada dos mais altos princípios morais, pode, ainda assim, violar os padrões de bom gosto. Uma pessoa que faz isso, habitualmente, é considerada como não tendo dignidade. A dignidade diz respeito, tanto às simples e usais boas maneiras, como às mais importantes atividades. Ela é a exteriorização das crenças e atitudes do indivíduo, que revelam, não somente, o que ele pensa de si mesmo, como o que pensa dos demais. A dignidade real não é, unicamente, um disfarce para encobrir fraquezas; não é traduzida por gestos ou atitudes superficiais. Somente uma pessoa de caráter íntegro tem dignidade genuína.

Se a dignidade pode ser relacionada com qualquer regra, é com esta: "seja você mesmo; seja sincero e distinto e a dignidade aparecerá, por si mesma". Se o caráter de uma pessoa é, basicamente, íntegro, nenhuma "norma padrão de conduta" é necessária.

Existem, porém, algumas demonstrações de dignidade que têm particular importância na profissão militar. O cuidado no vestir e com a aparência, em geral, denota satisfação consigo próprio. Em um oficial, esse cuidado demonstra, ao mesmo tempo, essa satisfação íntima e orgulho pelo exército. As variações no vestuário, que são corriqueiras entre os civis, não podem ser toleradas em um oficial. Uma vez que o uniforme o identifica como um chefe, dentro do exército, a maneira de vesti-lo é assunto que interessa ao oficial, mas tanto, ou mais ainda, ao exército.

A cortesia é uma prova de dignidade que tem especial significação para os oficiais, não somente no seu sentido formal de etiqueta, como, também, no sentido mais geral de consideração e de distinção para com os demais.

Espera-se que o oficial do exército seja cortês e cavalheiresco, no grau apropriado, em todas as circunstâncias. A cortesia não é coisa que deva ser reservada para o clube de oficiais, reuniões sociais ou relações oficiais com o comandante. Quanto à questão de hierarquia e autoridade, todo oficial tem superiores, inferiores e camaradas. No que concerne à cortesia, essas relações se confundem em um único padrão, dentro do qual nunca há justificação para falta de polidez, desrespeito ou outras ofensas contra a dignidade pessoal.

A cortesia militar inclui certos atos formais e habituais e procedimentos peculiares ao exército ou às organizações militares, em geral. A

observância das formas exteriores da cortesia militar é mais significativa quando traduz uma verdadeira dignidade interior, sem a qual os atos exteriores de cortesia tendem a não ser nem verdadeiros nem cortes. A sinceridade, entretanto, é a alma da cortesia militar.

10 — LEALDADE

Na acepção de fidelidade à Pátria, é tão obviamente essencial a um oficial que maior discussão a respeito é supérflua. Outra espécie de lealdade é, porém, igualmente fundamental na profissão militar — a lealdade do oficial em suas relações com os superiores militares, camaradas e subordinados.

Somente o oficial que é leal nesse sentido, pode desempenhar, integralmente, sua função no conjunto de ações que mantém o exército como um todo e o torna capaz de agir com sucesso. A lealdade deve se estender por toda a cadeia do comando, nos dois sentidos. Cada elo humano nessa cadeia deve ser leal para com os que lhe estão abaixo e acima.

A lealdade para com os superiores consiste no apoio entusiástico às suas decisões e ordens, a despeito dos pontos de vista pessoais e dificuldades da missão. A lealdade para com os subordinados consiste em estar sempre pronto para assumir a inteira responsabilidade das próprias decisões e ordens e das conseqüências decorrentes delas. A falta de lealdade em um sentido acarreta, imediatamente, a falta dessa qualidade no outro sentido, pois os efeitos se fazem sentir ao longo de toda a cadeia de comando.

Ao encarecer a integridade, decência, dignidade e lealdade como qualidades de um oficial, seria leviandade afirmar que não existem outras qualidades. Há outras ou, pelo menos, outras formas de encarar as que acabamos de examinar. Nosso objetivo, aqui, foi chamar a atenção para as qualidades fundamentais, indispensáveis em um oficial — Os termos usados não são tão importantes quanto as virtudes que eles designam.

11 — PODEM AS FALHAS DE CARÁTER SER CORRIGIDAS?

A discussão desse assunto repousa em várias premissas importantes: que o comportamento de ninguém é perfeito; que nosso quadro de oficiais não é perfeito; e, finalmente, que a discussão pode dar lugar a uma auto-apreciação objetiva do próprio caráter, por todos os oficiais. Isso implica em quarta premissa: que a discussão e a auto-apreciação podem constituir o primeiro passo para a eliminação e correção das deficiências pessoais. Na falta dessa possibilidade terapêutica, haveria pequeno interesse no exame da questão, em conjunto.

Quando um oficial compreende que um hábito ou inclinação está interferindo com sua completa eficiência, que pode ele fazer a esse respeito? A parte mais fácil da resposta é a única, geralmente aplicável, é que a atitude deve ser, afinal, uma atitude pessoal. A solução nunca será encontrada em livros — nem em exames como este. Isso pode ajudar, mas somente se o oficial, realmente, quiser se ajudar.

O resto da resposta depende de qual seja a deficiência e do grau de sua seriedade, em cada caso particular.

Se a autocompaixão de qualquer espécie é o problema, a solução dependerá, sobretudo, da força de vontade de indivíduo e do ponto atingido pelo mau hábito, como atitude contumaz. As qualidades de caráter que não se relacionam com os instintos primários, raramente são muito difíceis de corrigir — A criação do contróle do temperamento pessoal, por exemplo, é uma demonstração, relativamente simples de disciplina pessoal, para a maioria das pessoas.

A verdade sôbre as próprias deficiências — mesmo quando se admite que é verdade — não é fácil de aceitar. E é, até mesmo, mais difícil tomar uma atitude, quando se admite e aceita a verdade. Como seres humanos, achamos, muitas vêzes, mais fácil nos apegarmos à autojustificação e a subterfúgios. Mas, o oficial que deseja se aperfeiçoar, deve enfrentar a desagradável verdade e, então, se pôr em ação. Esse é o ponto de partida indispensável para qualquer modificação para melhor.

O útil exercício de escrever um conceito de si próprio pode proporcionar uma valiosa descrição de si mesmo. Tome uma fórmula em branco e preencha-a, tão cuidadosa e honestamente como se fôsse um comandante, escrevendo o conceito de um elemento subordinado. Essa é uma boa maneira de se examinar objetivamente e do mesmo ponto de vista que os companheiros de caserna.

Um aspecto da vida militar que pode ser de grande valia para o indivíduo que enfrenta um problema pessoal, dá lugar a uma característica ou hábito indesejável. É o profundo sentido de camaradagem que é o apanágio da profissão. Nunca será olhado como uma "Mancada" o ajudar o oficial faltoso a "se safar". Devia ser, porém, uma fonte de vaidade, ajudá-lo a vencer sua deficiência. A lealdade entre oficiais não deve ser um acôrdo mútuo para esconder sua má conduta da vista do público. Ao contrário, ela deve ser o resultado de sua colaboração mútua em benefício do bem-estar geral, dentro da idéia de que a falha de um oficial concorre para diminuir o prestígio de todo o quadro. Há, assim, dois motivos que concorrem para que se apóie um camarada oficial faltoso — primeiro, êle é um amigo em necessidade; segundo, sua conduta pessoal é de interêsse público e profissional, tanto quanto assunto particular.

Para a grande maioria dos oficiais, as responsabilidades da vida familiar são, ao mesmo tempo, uma fonte de alegria e uma influência estabilizadora da conduta individual. A profissão militar impõe certas condições à vida familiar, que não são comuns em outras atividades, tais como as transferências periódicas e os períodos de separação. Essas são provações particulares, além e acima das alegrias e aflições conhecidas de tôdas as famílias em todos os lugares. Elas tendem a conferir à família militar típica, características diferenciadoras, tais como adaptabilidade a novas situações e a visão de conjunto do viajante costumeiro. Dominar essas condições particulares e, mesmo, aproveitá-las como fontes de educação e de formação do caráter, tem sido, em todos os tempos, uma compensadora experiência para os oficiais e suas famílias.

12 — A SAÚDE MENTAL

O procedimento correto é, em grande parte, uma questão de higiene mental. E, do mesmo modo que a saúde física pode ser preservada pela observância de hábitos adequados de higiene e de prevenção, a saúde mental também.

A doença física muitas vezes atinge um corpo saudável, súbitamente, a despeito das precauções tomadas; mas a má conduta, raramente, surge com um colapso de uma mente hígida e saudável.

As medidas preventivas, nesse caso, são de muito maior eficiência. Um deslize, em si mesmo, não significa, necessariamente, um colapso moral. Transformado em hábito, porém, pode acarretar para um indivíduo a ameaça de completa destruição. Uma defesa contra tal tragédia pessoal pode ser encontrada no "perímetro exterior" dos negócios do oficial, onde uma simples tendência para fazer errado pode ser impedida, antes que adquira a poderosa impulsão do hábito.

Assim, a vontade humana é o principal remédio contra os germens do mau procedimento.

Nos jovens oficiais em particular, o poder da vontade pode ser canalizado para o objetivo positivo da formação de bons hábitos, de preferência à criação de uma atitude defensiva contra as más ações. Uma vez que esses bons hábitos estejam firmemente implantados, eles se transformam em sólida defesa contra as tentações, libertando a pessoa, que, assim, pode se concentrar com maior intensidade e vontade, nos assuntos da profissão. O mais competente oficial não atinge a eficiência completa, enquanto permanece hesitante entre as tentações pessoais e as responsabilidades oficiais.

Nenhum hábito, bom ou mau, se transforma em hábito espontaneamente; sempre principia como simples tendência ou inclinação. É nesse estágio inicial que ele pode ser cuidadosamente alimentado e desenvolvido, se é bom, ou estirpado, se é mau. Esse processo deve prosseguir por toda a vida, mas tem especial importância nos anos de formação. É um processo altamente individual. Somente o indivíduo pode ler sua própria mente, examinar seus motivos e avaliar seus pontos fortes e suas fraquezas, com inteira imparcialidade e meticulosidade. E isso pode ser feito freqüentemente, como medida rotineira de higiene mental. Para se ser capaz de divisar a verdade a respeito de si próprio e enfrentar essa verdade, mesmo quando desagradável, o fator essencial é a ausência de preconceitos. Somente, então, a vontade pode entrar em cena para combater um ponto fraco.

— Ignorar as evidências iniciais de que uma inclinação indesejável está se transformando em hábito, é comparável a não tomar conhecimento dos sintomas, que anunciam o câncer ou a tuberculose. A ação correta, no último caso, é consultar o médico; no primeiro, é se consultar a si mesmo, pois aí está tanto a cura, como a causa da deficiência.

13 — MOTIVOS PARA A BOA CONDUTA PESSOAL

Por que os melhores oficiais dedicam contínua e séria atenção aos seus padrões de conduta pessoal? As razões fundamentais da responsabilidade para com a nação e a profissão já foram examinadas. Esses são motivos impostos, que ajudam a compreender as destacadas e excepcionais necessidades da consciência individual. Entretanto, serve unicamente para iniciar o exame da questão, dizer que o oficial deve cumprir o dever simplesmente porque se trata do dever. Que incentivos pessoais o tornam capaz de cumpri-lo? Não se pode esperar que os oficiais, mais que os outros homens, baseiem tudo quanto fazem em um plano idealístico e abstrato de compreensão do dever.

O oficial dedica a vida à Pátria, mas também tem que vivê-la e, como qualquer outro homem, presume-se que êle tenha motivos secundários, que não deixam de ser valiosos, simplesmente porque são práticos e profanos.

Os oficiais têm necessidade de serem lembrados de que a carreira militar não é uma profissão que deva ser abraçada, quando se buscam unicamente fins materiais. As responsabilidades e conhecimentos exigidos por muitas comissões militares, aplicadas a outras profissões ou ao mundo dos negócios, muitas vêzes produzirão maiores remunerações. A recompensa pecuniária da carreira militar é um motivo valioso para a integral dedicação ao serviço, mas a simples aritmética confere-lhe lugar secundário.

Também a glória e um lugar de destaque na história não representam incentivos práticos para os oficiais, em seu conjunto. Os oficiais, presentes e passados, que conseguiram uma evidência singular, constituem uma ínfima percentagem sobre o total deles, e é sabido com segurança que muito poucos dentre êles procuram as aclamações populares como objetivo primordial de suas carreiras militares.

Um incentivo importante para todos os oficiais é o desejo de aperfeiçoamento profissional — o maior possível dentro de suas possibilidades. Nesse sentido, a carreira militar pode, realmente, ser chamada de carreira sacerdotal, pois tem sido sempre notabilizada pelos esforços de seus oficiais para melhorarem, tendo em vista o dia em que sua habilidade técnica, e seus conhecimentos profissionais venham a ser vitais para a sobrevivência da Pátria.

Naturalmente, o incentivo do aperfeiçoamento profissional está ligado a outros motivos mais modestos, como o patriotismo e o desejo de ser útil aos compatriotas. Servindo de base a tudo isso, porém, estão duas necessidades básicas e desejos, que todos os homens possuem em grau variável. São a necessidade de respeito próprio e a necessidade de se sentir respeitado pelos demais. Para o oficial do exército, isto é particularmente importante, pois confere significação e orientação aos outros motivos que modelam seu comportamento. Encaradas em seu justo valor, essas necessidades estabelecem a diferença entre a dedicação ao serviço e a ambição egocêntrica. Elas levam o oficial a dar valor maior

à satisfação íntima que decorre do sentimento do dever cumprido, que às promoções e aos elogios que podem ser consequência de uma tal atuação.

Há unicamente uma espécie de carreira militar que merece o título de honrosa. Pode ser uma carreira de poucos anos ou abranger toda uma vida adulta; em qualquer caso, só o próprio oficial pode saber até que ponto os documentos que certificam seus serviços valiosos são idôneos, no mais profundo sentido pessoal dessa palavra. Só ele é depositário da verdade completa. Sua verdadeira recompensa está na convicção íntima de que nunca agiu, conscientemente, contra os princípios éticos ou morais, menosprezando os padrões escritos ou implícitos de sua profissão.

Tanto o oficial de talento brilhante, como o oficial de menores possibilidades, podem ter essa espécie de carreira. Nos anos que se seguem à reforma, tais oficiais costumam ser procurados por colegas mais jovens, que continuam a dar valor aos seus conselhos, tanto em assuntos profissionais como particulares. Sua decência pessoal e integridade continuam, assim, a pagar dividendos de uma qualidade que transcende à compensação material normal, correspondente a toda uma vida de serviços dedicados. Tais oficiais nunca se reformam, salvo no sentido formal e oficial da expressão. Sua utilidade para o exército e para a nação nunca tem fim.

Garantia e bons serviços

Banco Hipotecário
LAR BRASILEIRO S.A.



Visite a agência mais próxima
Aberto sem interrupções das 8,15 às 17,30